

O mundo da infância e a infância no mundo: vozes de crianças nas revistas brasileiras *Veja* e *Época*

*Juliana Doretto*¹

*Renata Carvalho da Costa*²

1 Doutoranda em ciências da comunicação pela Universidade Nova de Lisboa. Mestre em comunicação e jornalista pela Universidade de São Paulo. jdoretto@gmail.com

2 Doutoranda e mestre em ciências da comunicação e jornalista pela Universidade de São Paulo. renata.costa@gmail.com

Resumo

A infância não deve ser estudada a partir da questão de “qual é o mundo da criança”, porque o mundo delas é o mesmo dos adultos. Assim, não é possível haver um “ponto de vista sobre o mundo da criança”. Na verdade, ela mesma (assim como todos nós) é um “ponto de vista sobre o mundo”. Com Foucault, poderíamos dizer que ser capaz de ocupar um ponto de vista é uma potência do discurso. Potência essa que a criança não detém, como mostra análise de textos sobre a infância publicados em 2011 nas duas maiores revistas semanais brasileiras, *Veja* e *Época*.

Palavras-chave

Infância, criança, discurso, ponto de vista, revistas.

Abstract

Childhood should not be studied from the question of “what is the child’s world”, because their world is the same for adults. Thus, there is not a “point of view about the world of children”. In fact, the child (just like us) is a “point of view about the world”. With Foucault, we could say that to be able to take a point of view is a power of the speech. Power that the child does not hold, as shown by analysis of texts about childhood published in 2011 in the two largest Brazilian weekly magazines, *Veja* and *Época*.

Keywords

Childhood, child, speech, point of view, magazines.

O mundo da infância

[...] aquele cujo discurso não pode circular como o dos outros: pode ocorrer que sua palavra seja considerada nula e não seja acolhida, não tendo verdade nem importância, não podendo testemunhar na justiça, não podendo autenticar um ato ou um contrato, não podendo nem mesmo, no sacrifício da missa, permitir a transubstanciação e fazer do pão um corpo (FOUCAULT, 1998, p. 10-11).

O “aquele” que preenche o início do discurso acima não é a criança: é sobre o louco que escreve Foucault. Mas não há nada na citação destacada que não possa ser aplicado aos pequenos: seres ainda em desenvolvimento físico e cognitivo (como estudam e defendem as áreas da biologia, da medicina, da psicologia, da pedagogia), as crianças não são consideradas aptas a participar da esfera das decisões — do ato, do contrato, da Justiça, do ápice do ritual religioso e, continuando a lista extensa, do voto, do trabalho, do governo etc. Mas, assim como o louco está apartado do mundo social dito responsável enquanto permanecer sua loucura, a criança³ está interdita enquanto houver a “criancice”, enquanto sua condição de infante perdurar.

Assim como a fala do louco só teria valor para o médico, durante o tratamento da loucura, a fala da criança só é ouvida pela família e pela escola. Assim como o consultório (e o hospital psiquiátrico a ele ligado) é o espaço socialmente aceito como local de circulação dos loucos — porque é ali que ele vai se tratar e, quem sabe, conseguir a cura —, a casa e a sala de aula são áreas consideradas adequadas para que meninas e meninos permaneçam, enquanto crescem, enquanto se desenvolvem (espera-se, com as condições necessárias para que isso ocorra sem atropelos) — até que, quando atingirem

3 A definição de “infância” como classe etária é bastante rebatida pelos autores da nova “sociologia da infância”, a cuja visão este trabalho se alinha. Segundo eles, a “infância”, enquanto instituição da sociedade, não é determinada por questões físicas ou biológicas, mas construída por meio de discursos, ações, crenças e valores dos atores que disputam espaço no jogo social (LIVINGSTONE; DROTNER, 2008). No entanto, para fins classificatórios e analíticos, adotaremos a categoria etária neste artigo. Embora a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989) considere como tal a faixa etária até 18 anos, trabalharemos com o limite de até 14 anos, buscando um recorte mais específico para as análises das reportagens que formam o corpus de estudo.

o estágio final desse processo, abandonem a infância e entrem na esfera adulta. Se for preciso sair do hospital, ou da casa e da sala de aula, que haja acompanhamento: de médicos e enfermeiros no primeiro caso; dos familiares e dos professores no segundo.

O que se busca aqui não é a defesa de que a criança deva entrar no mundo do trabalho desde a tenra idade ou que a ela seja permitido andar pelas ruas sem companhia. Mas a analogia proposta visa entender que, enquanto o louco está no consultório, em tratamento, e a criança está na rede familiar e escolar, seus discursos são interditos: não têm valor, pois não conseguem fazer parte das falas (das posições, dos valores) que disputam lugar na formulação dos significados que dão forma ao mundo que aí está.

Antes de discorrermos sobre esse ponto, vejamos, em primeiro lugar, o discurso contido nos próprios termos que definem essa fase da vida. De acordo o dicionário "Houaiss"⁴, a etimologia da palavra criança pode estar relacionada ao latim: viria de *creantia*, ou "criação". Outra hipótese é a de que o termo seja uma junção de "criar + -ança", o que representaria indivíduo na infância, filho. No caso de "infância", o vocábulo surge do latim: "*infantia,ae*", que seria "dificuldade ou incapacidade de falar, mudez; infância, meninice, primeira idade dos animais; o que é novo, novidade" ou "*infans,ántis*", representando o "que não fala; criança" (grifos nossos).

Segundo Foucault (1998, p. 8-9), "em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos". O fato de haver tamanha preocupação com a circulação dos discursos é porque eles não têm o objetivo apenas de descrever, propor, sugerir, dialogar. Os discursos querem impor. Há, em cada um deles, uma "vontade de verdade", ou seja, o desejo de que ele seja reconhecido e aceito socialmente, de que seja incluído, destacado. Ocorre que não há espaço, na sociedade, para que

4 Versão eletrônica.

todo discurso consiga o lugar que busca, visto que eles não são sempre complementares, mas, muitas vezes, contraditórios, opostos: “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 1998, p. 10-11). Daí surgem os mecanismos de controle, de seleção e de validação, formulados, é claro, de acordo com os parâmetros vigentes na sociedade e executado por suas diferentes instituições.

Assim, o discurso do louco, que foge à lógica racional que tem dominado os campos discursivos desde o Iluminismo, não cabe nos dias de hoje — talvez encontre espaço em práticas místicas, mas a vontade de verdade delas não consegue superar a do discurso da “razão” (note-se a imbricação dos vocábulos em língua portuguesa: aquele que tem razão é não somente o que age segundo uma atividade mental lógica mas também o que leva a verdade, cuja fala está correta, é acertada). Com as crianças (aquelas que “não falam”, segundo a etimologia), essa talvez também seja a “razão” para o veto: o desenvolvimento cognitivo que ocorre em nossos primeiros anos de vida seria a fase de amadurecimento de nosso raciocínio. Retomando aqui o racionalismo iluminista, Ponte (2010, p. 36) diz que “a racionalização da infância apresentada por Descartes, no século XVII, estrutura uma concepção binária criança/adulto por oposições como errar/saber, fraco/forte, irracional/racional, corpo/espírito”. Os meninos e as meninas, portanto, ainda não têm pleno domínio de suas capacidades neurológicas, de pensamento lógico: o termo “infantilidade”, por exemplo, não apenas designa aquilo que é próprio da criança, mas também é sinônimo de frivolidade, de ingenuidade (características de quem não pensa como deveria para avaliar bem o que está ao seu redor).

O fato de os discursos das crianças serem alijados do rol daqueles ditos relevantes — cuja vontade de verdade consegue exercer a coerção sobre outros discursos (FOUCAULT, 1998, p. 18) — não significa que há outros, que não os seus, a darem forma ao que se chama de “infância” hoje — que é herdeira do modo como a instituição social “infância” foi moldada ao longo do tempo (ou seja,

a ordem que os discursos sobre o que é ser um menino, ou uma menina, foram estabelecendo no decorrer dos anos). Enunciados da escola, da propaganda, da instituição familiar, da psicologia, da medicina, da religião, do cinema, da TV e do jornalismo, entre outros, disputam entre si domínios discursivos — a fim de que a sociedade entenda, a partir de sua perspectiva, o que é ser criança no mundo. Trata-se de uma luta sem fim, em que não há um único vencedor, mas um embate contínuo, com alternâncias e sobreposições de poderes.

Temos então a seguinte dualidade: *a infância que está no mundo* (as crianças que nele vivem) não participa da formação *do mundo da infância* (entendido aqui não como a realidade das crianças, mas sim, como os discursos que moldam o que se chama de infância; o modo como ela é compreendida, a posição que ela ocupa na sociedade). Assim, para estudar e compreender a instituição “infância” não basta olharmos para os meninos e as meninas que aí estão, mas é preciso voltar a atenção para o mundo do qual eles são o ponto de vista, como mostra Viveiros de Castro ao estudar a América indígena:

Assim, um ponto de vista não é uma opinião subjetiva; não há nada de “subjetivo” nos conceitos de “ontem” e “amanhã”, como não há nos de “minha mãe” ou “teu irmão”. O mundo real das diferentes espécies depende de seus pontos de vista, porque o “mundo” é composto das diferentes espécies, é o espaço abstrato de divergência entre elas enquanto pontos de vista: não há pontos de vista sobre as coisas — as coisas e os seres é que são pontos de vista (DELEUZE, 1988, p. 203). A questão aqui, portanto, não é saber “como os macacos vêem o mundo” (CHENEY & SEYFARTH, 1990), mas que mundo se exprime através dos macacos, de que mundo eles são o ponto de vista (VIVEIROS DE CASTRO, 2004, p. 244).

O autor, ao falar dos índios americanos, mostra que, para essas sociedades, as espécies animais compartilham com as humanas o mesmo modo de viver: não quer dizer, por exemplo, que a anta comida pelo leão represente para ele o mesmo que o peixe representa para o indígena. Ela não representa: ela é (“os animais utilizam as mesmas categorias e valores que os humanos”; VIVEIROS

DE CASTRO, 2004, p. 239). Ou seja, não há um mundo dos macacos diferente do mundo dos humanos: “os não-humanos vêem as coisas como ‘a gente’ vê. Mas as coisas que eles vêem são outras” — “o que vemos como um barreiro lamacento, para as antas é uma grande casa cerimonial” (VIVEIROS DE CASTRO, 2004, p. 239). A infância, da mesma forma, não deve ser estudada a partir da questão de “qual é o mundo da criança”, porque esse mundo é o mesmo dos adultos. *Não há um ponto de vista sobre a criança, mas ela mesma (assim como todos) é um ponto de vista.*

E recorre-se então a Foucault para entender que esse mundo do qual a criança é o ponto de vista é moldado por diferentes discursos, cujas vontades de verdade se embatem, mas, entre eles, não está o seu próprio discurso. Viveiros de Castro (2004, p. 240) diz que “ser capaz de ocupar um ponto de vista é sem dúvida uma potência da alma”. Com Foucault, poderíamos dizer que ser capaz de ocupar um ponto de vista é uma potência do discurso. Potência essa que a criança não detém.

Partindo dessa hipótese, olharemos especificamente para o discurso jornalístico — área da que nos interessa neste trabalho. A teoria democrática “aponta para os meios de comunicação o papel de ‘mercado de ideias’ [...], em que as diversas opiniões da sociedade podem ser ouvidas e discutidas” (TRAQUINA, 2005a, p. 128). Assim, o jornalismo é, em si, um palco importante para a disputa entre os diferentes enunciados, na vontade de esses discursos se estabelecerem como verdade. Ele atua como ator vital no sistema de restrição de enunciados denominado por Foucault de “ritual”: aquilo que “define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam (e que, no jogo de um diálogo, da interrogação, da recitação, devem ocupar determinada posição e formular determinado tipo de enunciado)” (FOUCAULT, 1998, p. 39). Ao aparecer nos textos jornalísticos, um discurso passa a ser referendado: um repórter o ouviu, ele foi escolhido, é digno de nota (se de forma negativa ou positiva, pouco importa) de toda a sociedade.

Além disso, o próprio jornalismo é um enunciado que rivaliza com outros, que quer impor sua vontade de verdade: prova desse fato é que, apesar de os teóricos do jornalismo defenderem cada vez mais a “noção de que a notícia não é um relato, mas uma construção” (TRAQUINA, 2005b, p. 17), há uma resistência da “tribo jornalística” — para usar a expressão de Traquina, numa feliz coincidência com os conceitos de Viveiros de Castro — em aceitar a notícia como narrativa, e não como descrição fiel. Um jornal ou uma revista não quer ser conhecido como um instrumento para que o leitor possa conhecer um modo de entender uma história: o objetivo é ser reconhecido como aquele que conta essa história da maneira como ela realmente aconteceu. Desse modo, entende-se que é preciso investigar como os discursos do jornalismo atuam com os enunciados de outras instituições (ao mesmo tempo em que os usam) para dar contornos à instituição “infância” de hoje — categoria que, por sua vez, também ajuda a dar à sociedade atual as feições que ela possui.

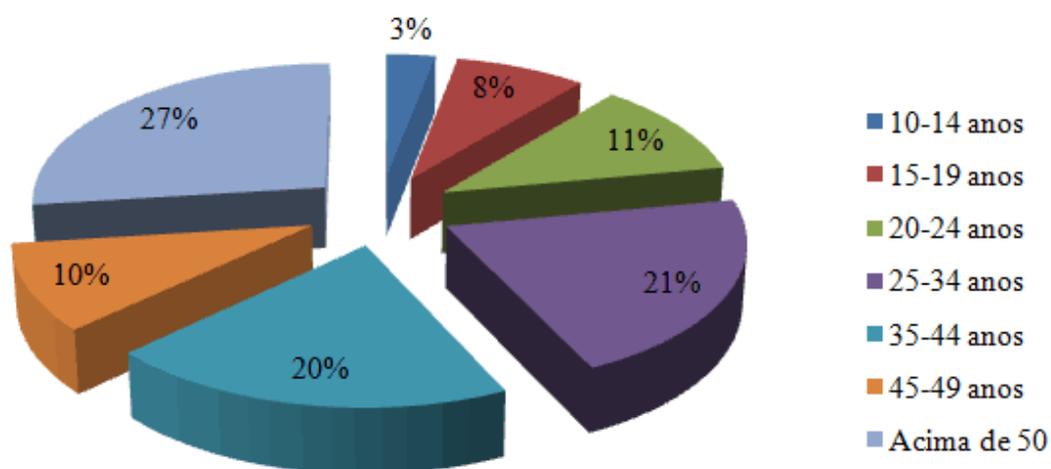
Questões metodológicas

Partindo, assim, dessas premissas e referências teóricas, a proposta deste trabalho é olhar para as duas revistas semanais de vendagem expressiva no Brasil para verificar se o discurso da criança está ou não presente e, neste último caso, como ela está representada e por quem.

Dessa maneira, o *corpus* de análise é constituído por reportagens publicadas no ano de 2011 nas revistas semanais *Veja* (editora Abril) e *Época* (editora Globo) que citem, em seu texto, a palavra “infância”. A escolha se deve ao fato de as duas publicações serem as semanais de informação de maior circulação do país. Segundo os dados mais recentes publicados pela Aner (Associação Nacional de Editores de Revistas), de 2010, cuja fonte é o IVC (Instituto Verificador de Circulação), *Veja* é a revista semanal de maior circulação no Brasil, com 1.086.191 exemplares, seguida por *Época*, com 408.110. *Veja* é líder não apenas entre as semanais mas também entre todas as revistas do país.

A escolha de publicações semanais se deu pela proposta de serem revistas de informação e interesse geral, abrangendo um público de ampla faixa etária — pode-se dizer que são *revistas para toda a família*. Segundo a página para anunciantes no site da editora Abril (Publiabril)⁵, a distribuição por faixa etária do leitor de *Veja* inclui crianças a partir de dez anos. Acompanhe os dados (sendo 43% dos leitores homens e 57%, mulheres):

Revista *Veja* - Faixa etária de leitores

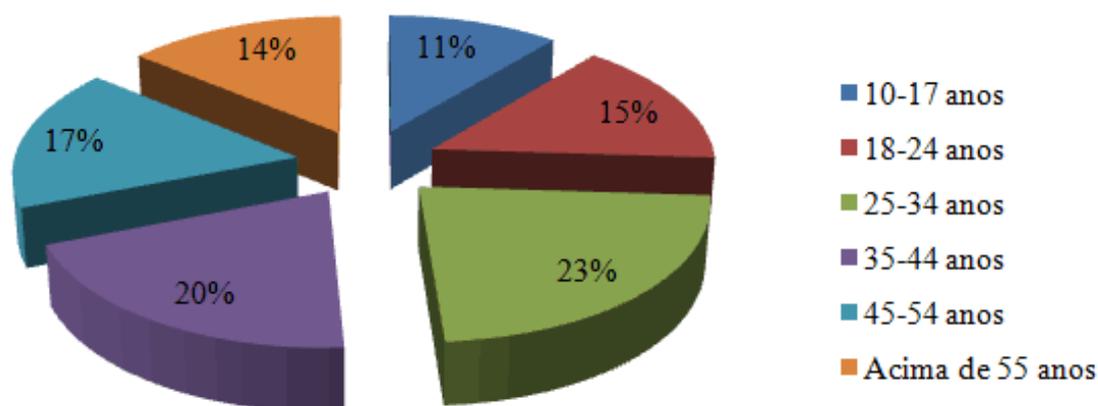


Fonte: EGM – Estudos Marplan Consolidado 2011

5 Disponível em: <<http://www.publiabril.com.br/marcas/veja/revista/informacoes-gerais>>. Acesso em: 30 out. 2012.

Os dados da revista *Época*, que também mostram leitores com pelo menos dez anos, são os seguintes⁶, considerando 47% homens e 53% mulheres:

Revista *Época* - Faixa etária de leitores



Fonte: EGM – Estudos Marplan Consolidado 2011

Veja se descreve como uma publicação “com reportagens que antecipam e explicam as grandes questões do Brasil e do mundo”⁷. Já *Época* “vai além das notícias e antecipa tendências. Uma revista analítica, empreendedora, esclarecedora, inovadora, moderna e profunda”⁸.

6 Disponível em: <http://epoca.globo.com/midiakit/arquivos/MidiaKit_Epoca_2012-PT.pdf>. Acesso em: 30 out. 2012.

7 Texto publicitário na página de *Veja* no site do serviço de assinatura da editora Abril. Disponível em: <http://www.assineabril.com.br/assinar/revista-veja/origem=sr_ve_rodape>. Acesso em: 30 out. 2012.

8 Texto publicitário na página de *Época* no site do serviço de assinatura da editora Globo. Disponível em: <http://editoraglobo.globo.com/assinaturas/assine-epoca.shtml?site_par=184&origem_par=1&formato_par=SELO&versao_par=SITEPOCA>. Acesso em: 30 out. 2012.

A seleção da palavra “infância” foi devido à potencial capacidade de análise que os textos nos dariam para discutir como essa categoria social é construída por cada uma das publicações. Sobre o *corpus* do estudo, em primeiro lugar, foram levantadas as reportagens que continham a palavra “infância” na revista *Veja* no ano de 2011. Foi realizada uma procura no acervo da publicação disponível no seu site⁹. Essa pesquisa foi feita por palavra (em espaço de “busca” da página) em cada uma das edições de 2011. Já para a revista *Época*, procurou-se pela palavra “infância” em cada uma das reportagens publicadas na revista no ano de 2011. Isso aconteceu por meio do uso de *login* de assinante no site da revista, que disponibiliza as edições completas de *Época*. Como o sistema de pesquisa do site inclui reportagens publicadas no site e na revista, para que fossem escolhidas apenas as matérias da publicação em papel, foi preciso abrir cada uma das reportagens (*link a link*) e localizar, com a ajuda da ferramenta de busca dos navegadores de internet, a palavra “infância”.

Não consideramos artigos de colunistas, cartas ao leitor e seções que servem como guia para indicar livros, filmes e álbuns de música. Foram avaliadas apenas reportagens narrativas, de qualquer dimensão. Desse modo, obteve-se um total de 36 reportagens com a palavra “infância” nas edições publicadas em 2011 na revista *Veja* e 70 em *Época*.

Seguindo “o conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”, definição de análise de conteúdo por Bardin (2002, p. 38), e tendo separado nossa unidade de registro (“o menor corte semântico que se liberta do texto”), pudemos agrupar as reportagens que citam “infância” em “unidades de contexto”. Isso significa repor os registros em sua integralidade narrativa — nada mais do que destacar em que contexto o termo “infância” foi citado, retomando o encadeamento temático desses discursos jornalísticos.

9 Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>>. Acesso em: 30 out. 2012

Na revista *Veja*, encontramos, das 36 reportagens com a palavra “infância”, a seguinte divisão: 11 eram referentes a fatos da vida das celebridades quando eram crianças, nove remetiam a livros e filmes (personagem crianças ou sobre a infância desses personagens); e seis mostravam entrevistados não famosos falando sobre suas memórias dessa época. As demais (dez textos) estavam relacionadas a reportagens que abordavam saúde (hábitos da infância) ou comportamento ou que faziam referência a algum órgão/instituto que leve essa palavra no nome (como Vara da Infância e da Juventude). Entre estas últimas matérias, estavam textos que traziam o nome ou as iniciais de crianças com até 14 anos e que foram selecionados para maior análise. Foram três, das quais duas continham entrevistas com meninas e meninos. A outra trazia uma declaração da criança por meio de transcrição do que ela disse em entrevista à Rede Globo de Televisão.

Aplicando o mesmo método de leitura à revista *Época*, das 70 reportagens em que o termo foi citado, em 35, o uso se deu em relação a essa fase da vida de algum artista/celebridade de televisão, cinema ou teatro. “Na sua infância [...]”, “desde a infância [...]” foram as frases mais comuns. Outras cinco vezes falou-se sobre o período em que personagens de filmes ou livros eram crianças; e em 12 ocasiões a citação decorria de entrevistas com pessoas não famosas, nas quais elas se recordavam de suas infâncias. Da mesma maneira que encontramos em *Veja*, as demais ocorrências da palavra “infância” (18 textos) remetiam ao termo como fase da vida definidora de algo (em reportagem que diz que é nessa etapa que se deve aprender a poupar dinheiro, por exemplo) ou citavam instituições com o termo no nome. Neste último grupo, havia oito reportagens que citavam crianças com até 14 anos, dando o seu nome ou suas iniciais, que foram selecionadas para um estudo mais detalhado. Dessas oito matérias, apenas três traziam entrevistas com crianças e serão analisadas mais adiante.

A seguir, apresentamos com mais detalhes o recorte de nosso *corpus* e trazemos algumas inferências¹⁰ a respeito dele.

O que as crianças dizem em *Época*

A edição 667 da revista *Época*, de 25 de fevereiro de 2011, traz um especial (com vários textos) sobre alimentação das crianças, cujo título é: “Como fazer as crianças comerem melhor”. Ela trata de como “maus hábitos alimentares na infância criaram uma geração de novos obesos no Brasil” e diz que “quase toda criança em algum momento da infância terá um período alimentar difícil” e que “pesquisas recentes sugerem que mesmo na infância é possível fazer exercícios de força”.

Apesar de citar o nome de várias crianças — com idades de 1, 4, 7, 9, 10 e 11 anos —, a reportagem só inclui aspas de Rafael Zardetto, de sete anos, em um texto sobre como os pais dele conseguem fazê-lo gostar de frutas e ter uma alimentação saudável. As palavras de Rafael são sempre para corroborar o que o texto da reportagem diz. “Ele devora ao menos quatro tipos de frutas por dia. ‘Acho gostoso e estou acostumado’, afirma.”

Em outro trecho, a reportagem diz que uma das maneiras de fazer as crianças apreciarem os alimentos é cozinhando com elas. Rafael dá seu testemunho: “‘Criei um bolo chamado bacanela’, afirma, sobre um doce que leva banana e canela”. O texto também cita Tauan Carlos Leão Silva, de dez anos, como um exemplo de criança que pratica levantamento de peso. Porém não há aspas do menino, apenas referência: “Diz que quer ser campeão como o pai, atleta da modalidade”.

Os demais entrevistados com aspas são o pai e a mãe de Rafael, mães das outras crianças citadas e especialistas. Essa é a única reportagem entre

10 Inferir é deduzir de maneira lógica. É uma segunda etapa do método de análise de conteúdo, pela qual “se admite uma proposição em virtude da sua ligação com outras proposições já aceitas como verdadeiras”; busca-se “inferir conhecimentos sobre o emissor da mensagem ou sobre o seu meio” (BARDIN, 2002, p. 41), o que levou à situação observada e o que isso vai provocar no leitor.

todas as analisadas que entrevista um pai. Em todas as demais — seja em *Veja*, seja em *Época* —, quem fala por seus filhos é sempre a mãe.

A edição 689 da revista, de 29 de julho 2011, traz a reportagem “O ponto fraco do ensino forte”, que diz que o perfil das escolas tradicionais não combina com o de algumas crianças e adolescentes e que isso pode causar algum tipo de sofrimento neles. Quando fala dos problemas, o texto cita algumas crianças que fazem parte do recorte escolhido (duas, de 12 anos), porém só entrevista suas mães e especialistas. Apenas quando a reportagem faz um contraponto, dizendo que algumas crianças, sim, se adaptam ao ensino tradicional, ela traz Julianna Freitas, de 12 anos, como exemplo.

Para quem consegue seguir em frente e encarar tantas exigências, o ensino tradicional pode dar certo. Julianna Freitas, de 12 anos, cursa o 7º ano do colégio Dante Alighieri, um dos mais antigos e tradicionais de São Paulo. Está lá desde os 3 anos. Ela diz que adora. Afirma tirar de letra as regras rígidas da escola, entre elas uniforme impecável e as restrições ao contato afetivo entre meninas e meninos. “Não me vejo em outro colégio”, diz.

Podemos afirmar que a reportagem quis poupar as crianças de falar sobre experiências desagradáveis? Não parece ser o caso, já que as meninas e os meninos que não se adaptaram às escolas tradicionais e têm seus casos contados na reportagem, com depoimentos de suas mães, surgem em foto. Da mesma maneira, nas outras cinco reportagens de *Época* que citam crianças, elas aparecem em foto, porém não têm direito a aspas. Um exemplo interessante é a reportagem “Quando é hora de virar mulher?”, da edição 703, de 7 de novembro de 2011, que trata sobre meninas que menstruaram cedo demais, com 10, 11 anos. Apenas mães, especialistas e uma personagem já adulta que passou pela situação no passado têm aspas. As outras crianças citadas, e que estão em foto, *não falam*.

Outro exemplo em que o depoimento da criança citada poderia ter sido incluído é na matéria “Em busca do filho perfeito”, que trata de crianças que passaram por cirurgias plásticas por desejo de seus pais (de 4, 7 e 9 anos), presente na edição 700, de 17 de outubro de 2011. Duas crianças citadas (de 4 e 9 anos) estão em fotos, mas não têm aspas. No texto, especialistas debatem se a opinião da criança sobre seu corpo deve ser levada em conta, mas a própria matéria elimina de sua estrutura narrativa o discurso infantil. Por exemplo: a afirmação de que “a falta de estrutura emocional da criança para compreender uma cirurgia e aceitar uma mudança no corpo pode piorar a situação” é seguida do depoimento de um adulto, de 28 anos, operado com sete, mas não há falas de uma criança operada recentemente. Ou ainda: “a menina dormiu uma semana com uma faixa na cabeça. Só tirou o curativo 15 dias depois. ‘Fiquei aflita’, diz a mãe.” E a filha, o que sentiu?

Por fim, a terceira e última reportagem de *Época* que traz aspas de criança é a da edição 702, de 31 de outubro de 2011, com um perfil de Andressa Mendes, 14 anos, jovem atleta carioca de saltos ornamentais que participou dos Jogos Panamericanos. É interessante notar que nesse perfil apenas Andressa tem aspas. Mesmo que cite treinadores, eles não têm direito a falas no texto. Alguns trechos:

“Fiquei em quinto lugar”, gritou, enquanto comemorava [...] “O salto é a minha vida. Não vivo sem isso” [...] “Muito feliz. Já participei de outros campeonatos, mas aqui são outras pessoas. É muito bom”, dizia, enquanto pulava sem parar. Estava com frio? “Não, não. Estou feliz mesmo.” [...] “Treinava todos os dias e adorava. Gostava tanto que sempre chegava atrasada na escola.” [...] “As mexicanas são muito boas. O México é uma potência em saltos ornamentais”, diz como uma pequena adulta. [...] “Gosto da torcida, ela me empolga. Mas é claro que dependo do meu treinamento para obter bons resultados.” [...] Sua prioridade agora? “Aumentar o grau de dificuldade para ir à Olimpíada no ano que vem.”

Chama a atenção a expressão “diz como uma pequena adulta”. Por ser uma atleta — portanto, uma personagem mais conhecida ou, também, alguém que já pertence ao mundo “produtivo” (do trabalho e da competição) —, alçada a status de celebridade do esporte, teria ela então direito à fala sem precisar da corroboração de nenhum especialista nem de seus pais? Esse papel faz dela, então, uma pequena adulta e, por isso, ela não é mais uma criança (aquela cuja voz não precisa aparecer) e pode então *falar* na reportagem — e, mais que isso, conduzir o texto, já que, diferentemente dos outros dois exemplos de matérias citados anteriormente, neste, a criança desenvolve o fio condutor da narrativa com sua história e aspas, não confirmando o que diz o jornalista, como nos demais casos, em que as aspas apenas *exemplificam* o que o repórter afirma.

O que as crianças dizem em *Veja*

Das três reportagens que citam crianças, todas trazem aspas delas. Na edição 2212, de 13 de abril de 2012, a matéria “O monstro mora ao lado” — sobre como avaliar o trauma de vítimas de eventos violentos — apresenta falas de Jade Ramos de Araújo, de 12 anos, aluna da escola de Realengo, no Rio de Janeiro, que sofreu o massacre de um atirador. Ela não é entrevistada pela equipe de *Veja* (duas repórteres); há apenas a reprodução do que a garota disse à Rede Globo e uma grande foto sua, que ocupa metade da primeira das duas páginas da reportagem. O crédito da foto indica que ela foi comprada da Agência Globo. O trecho diz assim: “Nas imagens da Rede Globo, Jade aparece falando ininterruptamente, como se tivesse decorado um texto”. E, na sequência, a transcrição da fala da menina:

“Aí ele chegou falando assim: ‘Vou matar vocês’. Eu escutava muitos tiros e um monte de crianças gritando. Quando eu ia subir para o 2º andar, aí eu fui lá e falei assim: ‘Meu Deus, o que será que vai acontecer comigo?’, eu falei para minha amiga. A gente subiu e nisso ele ia atirando no pé das crianças para não subirem e mandando as crianças virar para a parede que ia atirar nelas. E as crianças falavam:

‘Não atira em mim, por favor, por favor, moço’. Ele ia lá e atirava na cabeça das crianças”, contou a menina.

No restante da reportagem, há depoimentos de especialistas falando sobre estresse pós-traumático de maneira geral (não especificamente o de Jade) e aspas de Crystal Woodman Miller, de 28 anos, aluna da Colombine Institute, no Colorado, Estados Unidos, onde aconteceu um massacre parecido em abril de 1999. Ou seja, a equipe de *Veja* procurou a americana (que vive nos Estados Unidos, especificamente em Edmond, cidade do Estado de Oklahoma) para ter seu depoimento, porém não a garota brasileira, moradora do Rio de Janeiro.

Um mês depois, *Veja* volta ao assunto do massacre de Realengo na edição 2218, de 25 de maio de 2011, com a reportagem “Massacre em Realengo: lembranças que não se apagam”. O texto fala de como as crianças e os adolescentes estudantes da escola atacada, além dos professores, estão tentando voltar à normalidade do dia a dia.

A reportagem traz depoimento desses jovens, conforme destacamos a seguir:

[Renata Rocha, 14 anos]: “Meu pânico é que aconteça tudo de novo”, diz a menina, que foi alvejada nas costas com um tiro que saiu pelo abdômen [...] “Poderia mudar de colégio, só que as lembranças daquele dia e esse medo horrível que tenho de tudo iriam comigo”.

[Carlos Matheus de Souza, 13 anos]: Acorda com os próprios gritos: “Não faz isso, tio! Não faz isso!” — e protege o rosto com os braços. O garoto diz sentir fortes dores pelo corpo e caminha mancando com a perna esquerda, apesar de não ter sido ferido ali.

[Marcelly de Souza Cerqueira, de 14 anos]: “Sabe o que sinto além do medo? Culpa. Culpa por não ter conseguido ajudar as três amigas que perdi”, diz a menina. “Tenho raiva de mim mesma por não ter tentado deter aquele louco no momento em que ele atirava em três amigas minhas” [...] “Tenho muito medo de que aconteça tudo de novo”, diz.

Jade não é citada nessa reportagem — embora um depoimento dela um mês depois pudesse ser interessante para o leitor assíduo da revista acompanhar como a menina, que demonstrou tanto desespero na ocasião do massacre, tem tentado voltar à normalidade. Apenas a mãe de uma das crianças (Renata Rocha) é ouvida.

Por fim, a terceira reportagem de *Veja* é da edição 2213, de 20 de abril de 2011: “Abaixo a tirania dos valentões”, que trata sobre *bullying* e sobre o drama das vítimas de humilhação. Há vários entrevistados, porém há apenas dois na faixa etária de recorte deste trabalho. Um deles é Nathan Ferreira de Almeida, de 13 anos, sobre quem o texto diz: “chamou atenção por ser calado, franzino e ter um excelente boletim. Chegava à escola e ouvia ‘frouxo’, ‘chorão’. Dois anos atrás, depois de uma surra da qual ele saiu repleto de hematomas, os pais decidiram mudar o menino de escola. Agora ele está bem”. Em seguida, aparece a fala da mãe de garoto: “Não quero que o filho de ninguém sofra o mesmo que o meu”, diz a mãe, Cristiane Almeida, 32 anos, hoje à frente de uma ONG anti-bullying”. Outro trecho do texto diz que:

entre os 9 e os 11 anos de idade, o menino, hoje com 13, não se recorda de um dia em que tenha ido para a escola sem suar frio, sentir náuseas e ser tomado pelo pavor. Tímido, franzino, sempre à margem do grupo, ele havia se tornado alvo de agressões dos colegas. “Apanhava calado, com vergonha. Tinha medo de falar e sofrer mais”, conta Nathan, que preferiu não aparecer na foto. A turma pedia que ficasse de quatro e o fazia imitar um cavalo. Quanto mais suplicava para que parassem, mais ele ouvia “frouxo”, “chorão”. Certa vez, recebeu uma surra que provocou diversos ferimentos pelo corpo. A mãe buscou ajuda no colégio — em vão. [...] Hoje, Nathan está em outra escola e arranjou amigos. “Luto para que o filho de ninguém sofra o mesmo que o meu”, diz.

A segunda criança ouvida é o menino M.T., de 14 anos, que o texto diz ser gaúcho. A narrativa conta que ele primeiro foi humilhado pela internet e depois passou a sofrer surras de colegas. “Passei a ser perseguido por todo o grupo dele [do agressor]. Até os meus amigos estão com medo de andar comigo”,

conta. O depoimento é acompanhado por uma foto em que o jovem esconde parcialmente o rosto (são visíveis um olho e os cabelos).

O que isso diz sobre as revistas

É possível concluir pelo detalhamento das reportagens analisadas de *Época* e *Veja* que, mesmo citando nomes de crianças de até 14 anos, uma minoria dos textos traz aspas de meninos e meninas. Isso indica que as crianças não são entrevistadas pelos repórteres. Quem conta a história desses personagens são suas mães (apenas em uma matéria houve participação de um pai e, assim mesmo, com a mãe). É a figura materna que parece ter o discurso autorizado a tratar sobre a realidade da criança, tanto na revista *Época* quanto em *Veja*. Além da mãe, especialistas dos mais diversos ramos — médicos, psicólogos, diretores de escola, professores, representantes da Vara da Infância e da Juventude — são outros discursos permitidos. É com o depoimento dessas vozes oficiais que os repórteres constroem o fio narrativo nas reportagens de *Época* e *Veja* sobre a infância — seja qual for o tema.

O fato de não publicar citações das crianças não significa uma tentativa de evitar sua exposição, já que, na maioria dos casos em que elas têm seu nome e sobrenome declarados, sua imagem também lá está. Elas mostram seu rosto, têm sua história contada, mas simplesmente não são ouvidas, em especial em *Época*. Nessa revista, encontramos mais textos que se reportam à questão da infância (com temas sobre saúde, comportamento e educação), e a maioria deles citou crianças, na busca de tecer a narrativa com exemplos e personificações, mas em poucos casos elas foram ouvidas. Essas reportagens, aliás, são voltadas para os leitores pais. Ou seja, apesar de a publicação ter leitores a partir de dez anos, não se entende que a criança lerá esses textos, ainda que eles falem sobre aspectos de seu cotidiano (compartilhados com os pais).

Há que se destacar, no caso de *Veja*, que, nas edições analisadas em 2011, todas as reportagens que citaram o nome das crianças de alguma forma

trouxeram suas aspas (ainda que transcritas do programa da Rede Globo, como foi o caso de uma delas). No entanto, os três textos estavam relacionados a um acontecimento de violência extrema envolvendo crianças — o *bullying* e um massacre ligado a ele. Elas, portanto, aparecem aqui como as (principais) vítimas do fato: assim, seu discurso, que causa impacto, não pode ser substituído pelas falas de seus pais e professores — sob pena de a reportagem perder dramaticidade e força.

Além disso, na minoria de textos em que há depoimento de crianças, as aspas parecem estar ali apenas como justificativa para as afirmações do repórter e para o viés da reportagem. Quando a revista *Veja* trata do “horror” na escola de Realengo, as histórias das crianças o realçam com intensidade. Na reportagem sobre *bullying*, os depoimentos são tratados de maneira separada do texto principal da reportagem — são colocados soltos, ao longo da diagramação, acompanhados por foto (a maioria das crianças esconde o rosto, mas uma delas, com 15 anos, aparece); eles não conduzem a narrativa. Ou, no caso de *Época*, Giulianna Freitas surge para cumprir a função do “outro lado”: recurso jornalístico que busca trazer diferentes versões do fato ou tema abordado, na tentativa de reconstruí-lo narrativamente de modo mais próximo da complexidade do jogo social. Apenas sua história ilustra o caso em que o ensino tradicional agrada às crianças. No entanto, sua fala aparece em contraposição ao também único discurso presente que narra os problemas para enfrentar padrões impostos por colégios: o relato de uma jovem de 18 anos (que não foi analisado por não estar no recorte proposto por este artigo). Aqui, é importante ainda observar outro ponto: o texto diz que as escolas mais exigentes “naturalmente, funcionam para os melhores. E os melhores, por motivos óbvios, não são todos. Nem sequer são a maioria”. E o depoimento de Giulianna é introduzido pela frase: “Para quem consegue seguir em frente e encarar tantas exigências, o ensino tradicional pode dar certo”. Ou seja, além de ser usada na estratégia narrativa do texto, a fala da menina traz indícios de certa superioridade ou *maturidade* da garota, o que pode ter justificado também a presença do seu relato: “O ambiente de alta

pressão tem ainda um custo emocional para aqueles que não se adaptam. Em geral, aumenta o nervosismo da criança, que fica exposta a um grau elevado de exigência antes de ter *amadurecido*” (grifo nosso).

Essa maneira como as revistas tratam os depoimentos — apenas como confirmação de histórias — tem de ser destacada, pois o mesmo não ocorre com a fala dos especialistas, não importa de quais áreas eles sejam. Seus discursos apresentam contradições, encaminham a estrutura narrativa, provocam pontos de inflexão no texto. Já o modo como a fala das crianças aparece não está de acordo com o que propõe Buber (2009, p. 151), autor que trata profundamente a questão do dialogismo.

No campo ético, Kant enunciou o princípio da maior importância que o nosso semelhante nunca deve ser considerado e tratado como um simples meio, mas sempre e ao mesmo tempo deve ser considerado e tratado como um fim em si. O princípio coloca-se sob o signo de um dever que é sustentado pela idéia da dignidade humana.

Considerações finais

É pertinente voltar ao que afirmamos no início do texto, com base em Foucault — a criança é interdita para falar enquanto perdurar sua *criancice*. Por isso é interessante observar o uso da expressão “como uma pequena adulta”, referindo-se a Andressa Mendes, de 14 anos, em uma das reportagens de *Época*. Salientando que ela é uma “pequena adulta”, a revista lhe dá direito a fala, e ela não precisa, nesse caso, da confirmação de suas palavras por nenhum especialista ou pelos pais.

No entanto, o texto de *Época* sobre a alimentação infantil (de 25 de fevereiro de 2011) diz que: “Elas [crianças] manifestam vontade e opinião própria bem cedo”. Pelas reportagens analisadas, contudo, percebe-se que o jornalismo estudado aqui não se preocupa com essa *vontade*, apesar de reconhecê-la. Pais, professores, médicos e psicólogos são os que devem ouvir essa opinião e *moldá-*

la de acordo com valores sociais, nutricionais, comportamentais (“Como fazer as crianças comerem melhor”, “Quando é hora de virar mulher?”, dizem títulos de *Época*). Quando os jornalistas precisam descobrir mais sobre o cotidiano de crianças, são a essas vozes que recorrem. Os discursos dos meninos e das meninas são, assim como os do louco, desprovidos da razão plena — maturidade intelectual que apenas a idade adulta pode trazer. São rotos, pouco confiáveis, imprecisos. É necessário consultar um “tradutor”, que saiba ouvir o que as crianças dizem e “interpretá-las”, extrair de seus discursos os significados que realmente “importam”. Tudo muda, no entanto, quando traços da maturidade adulta aparecem nas crianças: os *pequenos adultos* são escutados.

As imagens das crianças, no entanto, não entram nesse circuito. Tradicionalmente usadas como representação preferencial da guerra (Holland, 2008), elas continuam aqui ilustrando situações de violência (no caso do *bullying*), mas também aparecem em assuntos mais frugais. Publicados com autorizações dos pais e responsáveis, rostos infantis funcionam como uma espécie de reforço, para que os leitores reconheçam facilmente o tema da reportagem. São os pais que falam em *Época*, mas são as crianças que posam para retratos. Porque sua imagem não carece de racionalidade, e por isso pode entrar na construção visual da matéria.

A Convenção sobre os Direitos da Criança (1989) não a considera apenas como um sujeito indefeso, que necessita de tratamento especial durante seu crescimento, mas a enxerga também como indivíduo capaz de relatar, por inteiro, suas opiniões, suas apropriações da vida social. Não é dessa forma que as revistas *Época* e *Veja* edificam suas narrativas sobre a infância. Na disputa pelo espaço de consolidação dos discursos, é o do especialista e o da mãe que ganham destaque e constroem — com o discurso da equipe de reportagem — a “instituição infância” que transparece das páginas das publicações. O jornalismo das maiores revistas brasileiras, assim, ajuda a criar e a reforçar o cenário descrito no início deste capítulo: as crianças que aparecem nas páginas dessas publicações não são *um ponto de vista* (sobre o mundo), como advoga

Viveiros de Castro. Há apenas *um ponto de vista sobre elas*: nas narrativas que abordam o dia a dia da vida das crianças, meninos e meninas são o tema, não os protagonistas. Falta-lhes a *potência do discurso*.

Referências

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2002.

BUBER, M. *Do diálogo e do dialógico*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1998.

HOLLAND, P. "The child in the picture". In: LIVINGSTONE, S.; DROTNER, K. (Eds.). *The international handbook of children, media and culture*. London: Sage, 2008.

LIVINGSTONE, S.; DROTNER, K. "Editor's introduction". In: LIVINGSTONE, S.; DROTNER, K. (Eds.). *The international handbook of children, media and culture*. London: Sage, 2008.

PONTE, C. *Crianças, jovens e media*. Relatório de Unidade Curricular. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2010.

TRAQUINA, N. *Teorias do jornalismo*: v.1. Florianópolis: Insular, 2005a.

_____. *Teorias do jornalismo*: v. 2. Florianópolis: Insular, 2005b.

VIVEIROS DE CASTRO, E. "Perspectivismo e multinaturalismo na América Indígena". *O que nos faz pensar*, n. 18, set. 2004.